

Relatório Semestral da Atividade da Comissão Especializada Permanente

Transportes e Mobilidade

6.ª Comissão

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada no primeiro semestre do ano 2022.

Assim,

Na reunião de constituição da 6.ª Comissão, ocorrida aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, foram definidas as orientações de funcionamento futuro e decidiu-se solicitar reuniões com várias entidades com responsabilidades na área dos transportes e mobilidade, conforme consta na ata n.º 1/XIII-1.º/2021-25.

Na reunião ocorrida aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, por solicitação da Comissão, foram abordados assuntos relativos à nova rede da Carris Metropolitana no concelho de Almada, na presença da Presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros, e dos Vereadores José Pedro Ribeiro e Filipe Pacheco.

Foram salientados pelos presentes os benefícios do passe único e a importância do investimento nos transportes públicos. Foi apresentada em linhas gerais a nova rede rodoviária para o concelho de Almada, sendo referida a necessidade de aumento do número de carreiras e a otimização dos tempos de percurso. Foi, ainda, dado conhecimento do investimento anual na ordem dos dois milhões de euros por parte da Câmara Municipal de Almada e que toda a operação da nova rede de transporte público rodoviário deverá estar implementada em junho/julho de dois mil e vinte e dois. Os deputados municipais sublinharam a necessidade de que esta rede deve estar devidamente articulada com os outros modos de transporte das diferentes operadoras (fluvial, ferroviária e metro ligeiro).

Conforme consta na ata n.º2/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que teve lugar nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa, foi referido pelos representantes desta entidade que todo este caminho da nova rede de transporte público rodoviário tem sido feito com o objetivo de melhorar a rede, pôs fim aos passes combinados, criou o passe único com uma assinalável redução tarifária na Área Metropolitana de Lisboa, o que implica três modos de funcionamento: receitas pagas pelos utentes, receitas pagas pelo Estado (cerca de noventa milhões) e pelos Municípios (cerca de trinta milhões). Foi referido o período de pandemia, o qual em rigor não

permite uma avaliação mais profunda deste processo, contudo, foram dados importantes passos nos processos de legalização do material circulante e abertos concursos para a contratação de motoristas.

Os deputados municipais foram informados relativamente às exigências colocadas às operadoras em matéria de comunicação com os utentes, colocação de informação nas paragens sobre carreiras e horários e uso de novas tecnologias e aplicações móveis.

Para o concelho de Almada estão previstos sessenta mini-autocarros, duzentas e noventa novas viaturas e sessenta e oito com videovigilância.

Os deputados municipais manifestaram a sua preocupação relativa à salvaguarda de condições para os utentes com mobilidade reduzida e outras necessidades especiais e espaço para transportar bicicletas e outros equipamentos de mobilidade suave.

Conforme consta na ata n.º3/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos dezasseis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que teve lugar nas instalações da Metro Transportes do Sul, foi referido pelos membros do conselho de administração toda a disponibilidade de participar no desenvolvimento da rede de metro ligeiro de superfície. Referiram investimento na manutenção do material circulante, processo dificultado na maioria das vezes pela não existência de algumas componentes para os equipamentos.

Os deputados municipais referiram a necessidade de expansão da rede no concelho de Almada e a sua ligação a outros concelhos, tendo sido informados que existe ambição de várias partes para que tal se concretize, mas de momento o processo está parado.

Conforme consta na ata n.º4/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, nas instalações da Transtejo Soflusa, o conselho de administração informou os deputados municipais sobre o processo do concurso de aquisição de novos navios para a empresa, o qual teve alguns atrasos em consequência da pandemia, o mesmo sucedendo no concurso para a instalação das baterias nos novos navios.

Salientaram que este projeto de novos equipamentos de transporte fluvial totalmente elétricos é de grande dimensão e que o estaleiro que ganhou o concurso já tem um dos navios praticamente concluído. Dos quatro navios em construção, num total de dez, prevê-se um plano gradual de experimentação e operacionalização nas ligações fluviais até atingirem a fase de plena e total implementação, entre dezembro de dois mil e vinte e dois e março de dois mil e vinte e três. Quanto aos restantes, há uma previsão de estarem a navegar até ao final de dezembro de dois mil e vinte e três.

Quando questionados pelos deputados municipais quanto aos recursos humanos necessários para garantir a operacionalização das ligações fluviais, o conselho de

administração assumiu a dificuldade no recrutamento e formação de maquinistas, mas que estão a ser desencadeados todos os processos para a contratação de pessoal.

Outro dos aspetos salientados pelos deputados municipais foi a necessária articulação de horários com os outros modos de transporte.

Conforme consta na ata n.º5/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, realizada nas instalações da Assembleia Municipal de Lisboa, os deputados municipais desta Comissão reuniram com os deputados da comissão congénere do Município de Lisboa para abordar assuntos relativos à nova rede da Carris Metropolitana para a Área Metropolitana de Lisboa e outros meios de transporte.

Foi destacado todo este processo, que embora em diferentes velocidades de concelho para concelho, com medidas distintas em vários municípios, uniu os dezoito concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. De salientar a criação do passe social intermodal, a profunda redução tarifária para os utentes.

Os deputados municipais de Lisboa acreditam que o caminho seja o da gratuidade nos transportes públicos, mas para já, no seu Município, foi tomada a decisão de acesso gratuito às crianças e jovens em idade escolar e aos maiores de sessenta e cinco anos.

Os deputados municipais de Almada sublinharam a importância da ligação entre os concelhos de Lisboa e de Almada, não só pelas carreiras existentes e pelas que futuramente serão criadas ao nível do transporte rodoviário, mas reforçaram também o transporte fluvial e ferroviário, bem como a possibilidade de alargamento do metro ligeiro de superfície e do metro subterrâneo às duas margens do rio Tejo.

Apontou-se a possibilidade de as duas comissões solicitarem reunião às Infraestruturas de Portugal para abordar matérias relativas às possíveis travessias rodoferroviárias de ligação das duas margens, alargamento da rede ferroviária do eixo Norte-Sul e definição da localização do novo aeroporto.

Ficou acordado que a 8.ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa será recebida em Almada pela 6.ª Comissão para uma visita de trabalho sobre os assuntos tratados por estas comissões.

Conforme consta na ata n.º6/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida no dia catorze do mês de junho de dois mil e vinte e dois, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, os deputados municipais desta Comissão fizeram o ponto da situação do trabalho realizado.

Foram tomadas decisões quanto aos pedidos de reuniões ainda pendentes por falta de resposta das entidades.

Foram, ainda, sugeridas outras entidades na área da mobilidade para que sejam solicitadas audiências

Os deputados manifestaram a sua preocupação quanto à retirada das carreiras 160 e 161 de ligação entre o concelho de Almada e Lisboa, assim como nos eventuais constrangimentos na implementação da nova rede rodoviária a partir do dia um de julho, considerando as situações ocorridas noutros concelhos.

Conforme consta na ata n.º7/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Almada, 17 de junho de 2022

O Presidente da Comissão

Luís Filipe Almeida Palma